

INVESTIGAÇÃO

Eduardo Tagliaferro será ouvido, hoje, pela PF a respeito de mensagens do ministro que ordenavam, supostamente fora do rito judicial, a produção de relatórios contra investigados

Ex-auxiliar de Moraes depõe sobre vazamento

» RAPHAEL PATI
» RENATO SOUZA

Ex-assessor do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), Eduardo Tagliaferro deve prestar depoimento à Polícia Federal, hoje, em São Paulo. A oitiva ocorre no âmbito do inquérito aberto para apurar o vazamento de mensagens trocadas entre o magistrado, servidores e juízes auxiliares durante o pleito eleitoral de 2022.

O ex-assessor também era chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação (AEED) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na época da troca das mensagens, quando Moraes presidia a Corte. O TSE abriu apurações sobre ataques contra o sistema eletrônico de votação e as instituições.

As informações colhidas pelo tribunal foram usadas em inquéritos em andamento no STF que miram aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro, de acordo com informações veiculadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Na Suprema Corte, o relator será o próprio Moraes, que, nas conversas trocadas com auxiliares, teria orientado o levantamento de informações sobre os investigados e cobrado relatórios dos subordinados.

O magistrado alega que todos os procedimentos processuais estão registrados e ocorreram dentro da legalidade. Além do ex-assessor, deve prestar depoimento à PF a esposa de Tagliaferro. Aliados do ministro do STF acreditam que as

Gustavo Moreno/STF



O inquérito sobre o vazamento foi aberto pela Polícia Federal por ordem do ministro Alexandre de Moraes

mensagens podem ter sido vazadas pela Polícia Civil de São Paulo (PC-SP).

Tagliaferro mantém uma relação próxima com Moraes desde a época do pleito de 2022. Pouco antes do período eleitoral, foi chamado pelo ministro para atuar no núcleo de inteligência da Corte, que era composto por membros da Justiça Eleitoral, além de representantes do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais.

Alinhamento

O objetivo desse grupo era manter um alinhamento com as Polícias Militares dos estados no

que se referia aos procedimentos utilizados para garantir a segurança e a lisura do processo eleitoral. Antes do TSE, Tagliaferro atuou na área de tecnologia do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) e nas Cortes de Justiça de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

Ele integrou a equipe de inteligência do TSE até maio de 2023, quando foi preso em flagrante na cidade de Caieiras, na região metropolitana de São Paulo, por violência doméstica contra a esposa. Na acusação à polícia, a mulher do perito contou que recebeu ameaças do marido, com disparo de arma de fogo.

» Celular apreendido

Há suspeita de que as conversas tenham sido extraídas do celular de Eduardo Tagliaferro. Não se sabe, porém, se foi ele próprio quem levou os diálogos a público. Em maio de 2023, quando foi preso sob acusação de violência doméstica, o perito teve o celular apreendido pela Polícia Civil de São Paulo. Consta no boletim de ocorrência que o aparelho foi lacrado, ou seja, teria ficado indecifrável. O telefone passou seis dias na delegacia.

Governador do TO é alvo de ação da PF

A Polícia Federal fez buscas, ontem, na casa e no gabinete do governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa (Republicanos), pela Operação Fames-19, que investiga o desvio de recursos da pandemia para a distribuição de cestas básicas.

Além do governador, também é alvo da operação: a primeira-dama Karynne Sotero Campos e os filhos de Wanderlei, Leo Barbosa (deputado pelo Republicanos) e Rérisson Antonio Castro Leite, diretor superintendente do Sebrae.

Em nota, Wanderlei diz que, à época dos fatos sob investigação, era vice-governador e "não era ordenador de nenhuma despesa relacionada ao programa de cestas básicas no período da pandemia". "Como todos já sabem, a única alusão ao meu nome em

toda essa investigação foi a participação num grupo de consórcio informal de R\$ 5.000,00 com outras 11 pessoas, no qual uma delas era investigada", afirmou.

Entre os alvos da operação, também constam os nomes de José Messias Alves de Araújo, ex-secretário estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social; Senivan Almeida de Arruda, ex-controlador-geral do Estado; Liel Bezerra Bekman Cardoso, mulher do deputado estadual Cleiton Cardoso de Almeida (Republicanos) e mãe do vereador Pedro Cardoso (Republicanos); Joseph Ribamar Madeira, presidente da Associação Comercial de Palmas.

A PF vê fortes indícios de um esquema montado entre 2020 e 2021. A investigação mira a contratação de "empresas previamente selecionadas" que não entregavam todas as cestas básicas contratadas pelo estado, mas ficavam com a íntegra do pagamento.

Secom/Tocantins



Barbosa é investigado em operação sobre desvios de cestas básicas

» Presos por desvio de R\$ 15 milhões do Siafi

A Polícia Federal deflagrou, ontem, operação batizada Gold Digger, no rastro de uma quadrilha responsável por fraudes eletrônicas que resultaram em desvio de pelo menos R\$ 15 milhões em recursos do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do governo federal. O Siafi é o sistema para pagamento de credores da União, incluindo salários de servidores. Agentes cumpriram mandados de prisão temporária e vasculharam 19 endereços de investigados. As diligências ocorreram em Minas Gerais, na Bahia, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal. Duas pessoas foram presas. A Operação visa desbaratar um esquema que envolvia acessos indevidos ao Siafi com credenciais falsas. Segundo a PF, os investigados tentaram desviar mais de R\$ 50 milhões.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Agressão doméstica de ex-assessor constrange Moraes

A Polícia Federal intimou Eduardo Tagliaferro, sua esposa e seu cunhado Celso Luiz de Oliveira para depor, hoje, sobre os vazamentos de mensagens do WhatsApp do ex-assessor do ministro Alexandre de Moraes reveladas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, nas quais o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) orienta subordinados a reescrever relatórios sobre a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023, quando bolsonaristas invadiram os palácios dos Três Poderes, entre os quais o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). A defesa quer adiar o depoimento.

O inquérito foi aberto a pedido do próprio ministro Moraes, que está numa saia justa, após o teor das mensagens de Tagliaferro vir à tona. O perito chefiou a AEED (Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no período em que Moraes presidiu a Corte Eleitoral. Tagliaferro foi preso por violência doméstica em 9 de maio de 2023 e exonerado do cargo no TSE no mesmo dia. Dias depois, seu cunhado entregou à Polícia Civil de São Paulo o aparelho telefônico do perito, cujo conteúdo acabou vazando.

O TSE está no centro dos questionamentos de decisões do ministro Moraes contra políticos e aliados bolsonaristas, alvos de inquéritos que tramitam em seu gabinete. O tribunal produziu, a pedido de Moraes, relatórios sobre suspeitos de propagar desinformação sobre o processo eleitoral e de ter realizado ataques a autoridades. Posteriormente, os relatórios foram usados por Moraes em decisões tomadas no STF, como bloqueio de contas em redes sociais, suspensão de passaporte e congelamento de contas bancárias.

O caso é uma daquelas voltas que o mundo dá. Superpoderoso, quando acumulou as presidências do TSE e do Supremo, Moraes foi protagonista da reação das instituições à tentativa de destituição do presidente Lula, que havia tomado posse uma semana antes. Já havia, anteriormente, se notabilizado por garantir o uso das urnas eletrônica nas eleições de 2022, pela apuração e pronta divulgação dos resultados oficiais do pleito e pela diplomação do presidente Lula, que também foi alvo de manifestações dos partidários do ex-presidente. Jair Bolsonaro não havia reconhecido o resultado do pleito.

Moraes esteve à frente do TSE em um contexto de fortes ataques ao processo eleitoral e saiu consagrado como grande protagonista da defesa da democracia, o que legitimou ainda mais a existência do inquérito das fake news, aberto de ofício pelo ministro Dias Toffoli para investigar ameaças contra integrantes da Corte e a atuação de blogueiros na organização de ações antidemocráticas. Com base nesse processo, no qual Moraes acumula poderes de investigar, denunciar e julgar, o que é uma excepcionalidade. Dos 1.400 investigados, 216 já foram condenados a penas que podem chegar a 17 anos de prisão.

Impeachment

É por essa razão que os aliados de Bolsonaro no Congresso articulam dia e noite um pedido de impeachment de Moraes. Não existe força suficiente de seus adversários para afastá-lo da Corte, mas o assunto ganhou nova dimensão a partir do momento em que o ministro Flávio Dino decidiu suspender o pagamento das emendas impositivas ao Orçamento por falta de transparência. A Corte prontamente ratificou a decisão de Dino, por 11 a zero, mas o conflito continua latente no Congresso, cuja Comissão Mista de Orçamento derrubou uma medida provisória que transferia recursos extraordinários para o STF, e a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara retomou a tramitação do projeto de lei aprovado pelo Senado que limita o poder das decisões monocráticas de ministros do Supremo, em se tratando de leis aprovadas pelo Congresso.

Mesmo depois do acordo de terça-feira, entre os ministros do Supremo; os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); e os representantes do governo, para pactuar uma solução em relação às emendas impositivas, o governo continua querendo reduzir o valor total das emendas e estabelecer critérios para sua aplicação, enquanto o Congresso pretende mantê-lo. O assunto pacificado até agora é a obrigação de transparência e rastreabilidade, que são pressupostos constitucionais das diretrizes orçamentárias.

Cerca de 13 inquéritos investigam o desvio de recursos públicos provenientes dessas emendas, o que ainda vai estressar as relações. É nesse contexto que a maioria dos ministros do Supremo avalia que chegou a hora de concluir o inquérito das fake news, que atribui superpoderes a Moraes. Mesmo o presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, que atuou como bombeiro na crise entre os Poderes, está desconfortável com essa situação, porque serve de argumento contra o Supremo, acusado de exorbitar de suas funções.

Quando houve a denúncia sobre as mensagens trocadas pelos assessores de Moraes, a solidariedade ao ministro foi integral, mas isso não significa que todos estejam de acordo com um inquérito tão amplo e tão prolongado.

DENGUE. A HORA DE PREVENIR É AGORA.

AGORA. NÃO ESPERE AS CHUVAS PARA AGIR.



Coloque areia nos vasos de plantas



Esvazie garrafas e guarde-as de cabeça para baixo



Retire o entulho do quintal



Descarte o lixo em local apropriado



Ligue 199 e denuncie

